

**MULHERES, CLASSE E GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA: UMA (RE)
CONSTRUÇÃO DE PESQUISA EM CONTEXTO DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**

**WOMEN, CLASS AND GEOGRAPHY IN THE AMAZON: A
(RE)CONSTRUCTION OF RESEARCH IN THE CONTEXT OF CLIMATE
CHANGE**

**FEMMES, CLASSE ET GÉOGRAPHIE EN AMAZONIE: UNE
(RE)CONSTRUCTION DE LA RECHERCHE DANS LE CONTEXTE DU
CHANGEMENT CLIMATIQUE**

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-7536-5184>

alcidema@ufpa.br

Aline Lima Pinheiro Machado

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-8525-5325>

pinheiro.algeo30@gmail.com

Marília Geovana de Oliveira Lisboa

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-6737-6924>

marilia.lisboa@ifch.ufpa.br

RESUMO

O ensejo deste texto é sinalizar a urgente necessidade de fortalecimento do movimento político e científico no debate sobre Gênero e Geografia, com o intuito de contribuir para o contexto amazônico diante das mudanças climáticas. O objetivo é analisar o papel das mulheres no contexto das mudanças climáticas na produção do espaço geográfico na Amazônia. A metodologia empregada inclui revisão bibliográfica e análise documental, caracterizando a abordagem da pesquisa como qualitativa, na qual busca-se articular geografia e gênero para compreender problemas ambientais e socioambientais em contextos amazônicos. Destacamos o projeto sobre protagonismo feminino e justiça climática como uma contribuição e oportunidade de ação para enfrentar as injustiças climáticas. Nesse sentido, a teoria adotada e os dados analisados permitiram-nos inferir que é fundamental fazer o recorte de gênero para compreender o espaço geográfico. Entretanto, essa abordagem não é suficiente, sendo necessário incorporar a

interseccionalidade com classe e raça para uma compreensão mais abrangente da realidade. Concluímos que as mudanças climáticas impactam as mulheres de maneira direta e diferenciada, afetando principalmente as mulheres negras, indígenas, ribeirinhas e da classe trabalhadora. São essas mulheres afetadas que têm desempenhado um papel de destaque na luta ambiental na Amazônia, enfrentando, por sua vez, retaliações, ameaças e até mesmo assassinatos.

Palavras-chave: Gênero; Justiça climática; Protagonismo feminino.

ABSTRACT

The purpose of this text is to signal the urgent need to strengthen the political and scientific movement in the debate on Gender and Geography, with the aim of contributing to the Amazonian context in the face of climate change. The objective is to analyze the role of women in the context of climate change in the production of geographic space in the Amazon. The methodology used includes bibliographic review and documentary analysis, characterizing the research approach as qualitative, in which it seeks to articulate geography and gender to understand environmental and socio-environmental problems in Amazonian contexts. We highlight the project on female protagonism and climate justice as a contribution and opportunity for action to address climate injustice. In this sense, the theory adopted and the data analyzed allowed us to infer that it is essential to analyze gender to understand geographic space. However, this approach is not sufficient, and it is necessary to incorporate intersectionality with class and race for a more comprehensive understanding of reality. We conclude that climate change impacts women in a direct and differentiated way, mainly affecting black, indigenous, riverside and working-class women. It is these affected women who have played a prominent role in the environmental struggle in the Amazon, facing, in turn, retaliation, threats and even murders.

Keywords: Gender; Climate justice; Female protagonism.

RÉSUMÉ

Le but de ce texte est de signaler l'urgence de renforcer le mouvement politique et scientifique dans le débat sur le Genre et la Géographie, dans le but de contribuer au contexte amazonien face au changement climatique. L'objectif est d'analyser le rôle des femmes dans le contexte du changement climatique dans la production de l'espace géographique en Amazonie. La méthodologie utilisée comprend une revue bibliographique et une analyse documentaire, qualifiant l'approche de recherche de qualitative, dans laquelle elle cherche à articuler géographie et genre pour comprendre les problèmes environnementaux et socio-environnementaux dans les contextes amazoniens. Nous soulignons le projet sur le protagonisme féminin et la justice climatique comme une contribution et une opportunité

d'action pour lutter contre l'injustice climatique. En ce sens, la théorie adoptée et les données analysées nous ont permis de déduire qu'il est essentiel d'adopter une approche de genre pour comprendre l'espace géographique. Cependant, cette approche n'est pas suffisante et il est nécessaire d'intégrer l'intersectionnalité avec la classe et la race pour une compréhension plus complète de la réalité. Nous concluons que le changement climatique a un impact direct et différencié sur les femmes, affectant principalement les femmes noires, indigènes, riveraines et de la classe ouvrière. Ce sont ces femmes qui ont joué un rôle de premier plan dans la lutte environnementale en Amazonie, tout en subissant des représailles, des menaces et même des assassinats.

Mots-clés: Genre; Justice climatique ; Protagonisme féminin.

INTRODUÇÃO

A construção da análise geográfica articulada à categoria de gênero ainda se apresenta incipiente em nossa região amazônica e paraense. De acordo com a consulta realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil - CNPQ (2024), ao buscar pelas palavras-chave "geografia", "sexualidade" e "gênero", foram identificados 11 grupos cadastrados com linhas de pesquisa em geografia, gênero e sexualidade. Dentro desse resultado, apenas dois estão localizados na região norte do Brasil: o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) (CNPQ, 2024). Entretanto, vale ressaltar que existem algumas iniciativas associadas e não associadas aos campos institucionais e coletivos sociais de pesquisa que se apresentam como bastante relevantes para o fortalecimento desse movimento.

Nos últimos três anos, iniciou-se no âmbito da graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Belém, uma construção mais orgânica e coletiva para trazer gênero como categoria e elemento fundamental na compreensão da produção do espaço. Segundo Reis (2015) e Moreira (2022) ao enfatizarem sobre a necessidade de analisar o espaço sob a perspectiva das relações histórico- sociais dos papéis de gênero, bem como esta estrutura tangencia o poder em relação ao território e ao espaço. Na possibilidade desta e de outras abordagens a justificar tais pautas na Geografia, desde o ano de 2022, partimos para a construção de um grupo de trabalho intitulado Geografia e Gênero da Amazônia. A partir daquele momento,

passou-se a realizar sessões de estudos, pesquisas, discussões e ações integradas ao ensino/pesquisa sobre a temática. Recentemente, também aprovamos um projeto de extensão universitária para abordar temas relacionados a território, protagonismo feminino e justiça climática, com financiamento público.

A construção ocorre de maneira gradual, envolvendo alunas e alunos da graduação e pós-graduação, encontrando um terreno fértil para investigações no âmbito da Geografia em suas diversas abordagens teórico-conceituais. Ainda que tenhamos na história das ciências sociais e humanas amazônicas referências importantes para orientar a categoria de gênero, nesse movimento de articulação inicial na geografia da UFPA, deparamo-nos com inúmeras dificuldades, que vão desde a escassez de produções sobre o tema na Amazônia até a resistência de alguns setores das ciências geográficas que consideram a categoria gênero desnecessária, irrelevante e alegórica para a área. Como alertou Susana Silva (1998, p.106), o tema "causa desassossego na sociedade e no mundo acadêmico".

O ensejo, por meio deste texto, visa sinalizar a urgente necessidade de fortalecimento do movimento político e científico no debate sobre gênero e geografia, com o intuito de contribuir para o contexto amazônico diante das mudanças climáticas¹, pauta esta que vem sendo intensamente discutida e evocada, diante dos arranjos políticos voltados para a Amazônia, à exemplo da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) a ser realizada em Belém (PA) em 2025.

Como já mencionado, esse debate entre geografia e gênero é ainda bastante incipiente, especialmente na região da Amazônia Paraense. Este esforço coletivo tem como objetivo compreender e construir caminhos para identificar, perceber e considerar o gênero como uma categoria analítica relevante para a ciência geográfica, partindo de

¹ Segundo a Organização das Nações Unidas (2024), as mudanças climáticas são “transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e climas. Essas mudanças podem ser naturais, como por meio de variações no ciclo solar. Mas, desde 1800, as atividades humanas têm sido o principal impulsionador das mudanças climáticas, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás” (ONU, 2024, p.1).

necessidades específicas nos contextos regionais e locais, sendo destacado aqui em relação às questões climáticas na Amazônia.

Diante deste contexto, partimos, então, da seguinte questão norteadora: de que maneira a perspectiva da geografia de gênero pode contribuir para compreender a experiência das mulheres na Amazônia em suas pluralidades frente às mudanças climáticas, considerando as condições de classe e suas interações com o ambiente, o espaço e as dinâmicas sociais e econômicas locais?

Considerando a provocação que orienta a discussão deste artigo, nosso objetivo consiste em analisar o papel das mulheres em contexto de mudanças climáticas na produção do espaço geográfico, pois entendemos que a geografia e gênero é um caminho já firmado do ponto de vista teórico conceitual da ciência geográfica, e através dela podemos utilizar como ferramenta de análise para compreender problemas ambientais/socioambientais em âmbitos amazônicos.

Para isso, o conceito de classe intermedia a discussão a fim de explicar as injustiças sociais e climáticas que refletem espacialmente a região amazônica. Através dessa prerrogativa, como mecanismo de ação e estudo que busca promover uma educação popular feminista e geográfica, apontamos o projeto de extensão universitária “Territórios do Protagonismo feminino e Justiça Climática” como iniciativa.

Após a seção de Metodologia que se apresenta a seguir, a pesquisa apresentada neste texto divide-se em três momentos. No primeiro, intitulado “Gênero, Luta de Classes e Geografia”, articula os dois primeiros conceitos e sua importância para a ciência geográfica. O segundo momento, intitulado "Mulheres e questões socioambientais nas mudanças climáticas da Amazônia", destaca que, ao ser vista como mercadoria, a natureza é gerida enquanto recurso e o corpo feminino como propriedade, uma fonte inesgotável, sem capacidade política e com demandas invisíveis. Isso se traduz em impactos materializados em maiores proporções sobre este grupo social, que na Amazônia abrange diversidades de cor, classe e idade.

No terceiro momento, em “Protagonismo feminino e mudanças climáticas a partir de uma proposta popular”, destaca-se a importância do protagonismo feminino diante das mudanças e injustiças climáticas, ressaltando que as mulheres, especialmente aquelas na

linha de frente da crise climática na Amazônia, enfrentam desafios desproporcionais. Na busca por medidas sociais de enfrentamento desse cenário, o projeto "Territórios do protagonismo feminino e justiça climática na Amazônia Paraense" busca capacitar mulheres em uma escola pública, promovendo formação e ativismo sobre questões socioambientais, além de criar um memorial virtual para mulheres mártires da região. O enfoque na interseccionalidade de gênero, classe e raça é essencial para compreender e enfrentar as desigualdades climáticas.

Metodologia

A abordagem aqui adotada foi a Qualitativa, a qual, de acordo com Godoy (1995, p.21) para esta perspectiva, “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Na perspectiva geográfica, a abordagem qualitativa tem permitido ampliar a compreensão sobre determinados fenômenos dado “[...] a crescente complexidade dos arranjos sociais, torna-se difícil entender e explicar os fatores econômicos, políticos e socioculturais apenas com a utilização da pesquisa quantitativa (Silva, Juliene; Mendes, 2013. p.207).

Para o desenvolvimento deste texto e como parte inicial de nosso projeto de extensão universitária, utilizamos como metodologia o levantamento e revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica para Alves (1992, p.54) é de fundamental importância para o encaminhamento adequado de um problema de pesquisa e deve servir “a contextualização do problema dentro da área de estudo e à análise do referencial teórico”. Já a pesquisa documental, segundo Godoy (1995, p. 25) consiste no “[...] exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares”.

Como ainda não temos dados primários produzidos pelo projeto de extensão apresentado neste artigo, uma vez que ela está no início de sua execução, buscamos nos documentos oficiais e de organizações socioambientais informações e dados relevantes para a análise. Utilizamos sites de organizações não governamentais e de instituições governamentais para coleta de dados, relatórios, notícias divulgadas na imprensa nacional e internacional. Consideramos relevante e pertinente apontar dados que sustentem a reflexão proposta, a partir da relação entre indicadores socioambientais relacionados à

questões de gênero (população de mulheres em diferentes contextos amazônicos), através do SIDRAS - IBGE (2024)² e Censo IBGE (2022) em escalas que indiquem da região norte e amazônica, Estado do Pará e a capital Belém, considerando neste recorte a ênfase dada ao bairro do Guamá.

Do ponto de vista da revisão bibliográfica, buscamos realizar uma revisão teórica em referenciais que nos permitisse situar o recorte de pesquisa no nosso campo de estudo geográfico, bem como nos permitisse interpretar e analisar os dados secundários e contextualizações tratadas na discussão proposta. Desse modo, buscou-se autoras que subsidiam a categoria de gênero e feminismos em análises marxistas, como Bell Hooks (2018), Scott (2019) e Biroli (2018). Para situar a discussão geográfica de gênero, propusemos dialogar com algumas autoras atuantes desde a década de 1990 e outros manuscritos mais recentes, como Susana Silva (1998), Pedone (1998), Josenilda Silva (2003), Ramos (2021).

Resultados e Discussão:

Gênero, Luta de Classes e Geografia

Para discutirmos a Geografia de Gênero, tratada a partir do movimento feminista e dos papéis sociais de gênero (Francisco, 2011), é importante a definição da ciência geográfica como uma ciência social cujo objeto central é o espaço geográfico. E que, portanto, esse espaço é produzido de forma diversa, plural e contraditória. Concordamos com Susana Silva (1998) quando afirma que pensar a Geografia de Gênero não significa compartimentar a Geografia ou fragmentá-la, mas entendê-la como uma totalidade. Portanto, compreender a totalidade do espaço geográfico, significa dizer que possui mediações, que a realidade é dinâmica, está em movimento e que ela é síntese de múltiplas determinações (Marx, 1982).

Quais são essas determinações? Quais são essas mediações? Quais são os sujeitos e as sujeitas que produzem esse espaço? Sob quais condições a produzem (econômicas, sociais, políticas, ideológicas, culturais)? Que papéis sociais assumem homens e mulheres na produção desse espaço? Que marcadores sociais definem papéis e hierarquias? Assim,

² Sistema IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de recuperação automática - SIDRA.

atentamos que para compreender a totalidade é necessário a apreensão das particularidades, entendendo-se que fazer o recorte de gênero para compreender esse espaço é fundamental, mas certamente não é suficiente, pois a articulação com o recorte de classe social nos permite uma análise mais ampliada.

De acordo com Susana Silva (1998, p.107) “o conceito de gênero faz referência a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação”. Confirmando essa mesma perspectiva de abordagem, outra autora, que tem se dedicado aos estudos da relação Gênero e Geografia no Brasil, Joseli Silva (2003, p. 36) destaca que “gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana”.

De acordo com Pedone (1998, p. 167),

Dentro del campo de las ciencias sociales, la Geografía incorporó el tema de género de un modo más tardío, hacia finales de la década de los '70 y fue de manera muy reducida. El ingreso se dio particularmente en el ámbito académico anglosajón y la importancia creciente del movimiento feminista repercutió en la disciplina.

Se a autora considera a incorporação do debate de gênero tardia no campo da Geografia no âmbito das ciências sociais, no Brasil foi ainda mais. A incorporação desse debate ganhou força na década de 1990 e vem lentamente se ampliando. Na Amazônia, especificamente a paraense, essa discussão, além de muito tardia, ainda é considerada marginal, com algumas iniciativas individuais, outras associadas aos campos institucionais e coletivos sociais de pesquisa que se apresentam bastante relevantes, mas ainda isoladas.

O debate sobre Gênero de forma sistematizada e institucionalizada na Geografia da UFPA (Graduação e Pós-graduação) teve início recentemente, em 2022, com a criação e formalização de um Grupo de Trabalho sobre Geografia e Gênero. O objetivo deste grupo é discutir questões de gênero como categoria analítica, promover pesquisas, atividades de extensão e orientação tanto na graduação quanto na pós-graduação, realizar formações e ações, além de proporcionar um espaço de acolhimento. Contudo, o progresso nesse sentido tem sido lento.

Para Joseli Silva (2003, p. 42) “a utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações”. Para nós, a discussão de gênero como uma categoria analítica na interpretação e compreensão do espaço geográfico revela faces, indivíduos, relações e interesses diversos e até antagônicos que amiúde produz e reproduz determinado tipo de organização espacial, mas que é mascarada na análise do fenômeno como números ou seres andróginos, como se fosse possível produzir um espaço neutro.

Assim, entendemos que essa categoria, abordada sem a interseccionalidade com a classe promove equívocos e superficialidades, que Bell Hooks (2018) revelou em sua obra “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, quando analisa que o feminismo destituído de sua dimensão política e de classe levou determinados grupos de feminismos, inclusive o feminismo branco e elitista, a defender determinados espaços de poder, sem questionar as estruturas que as mantêm, reforçando muitas vezes a opressão, a exploração e invisibilização de mulheres negras e da classe trabalhadora. O feminismo construído distante da dimensão de classe, se torna um aliado do patriarcado. Neste sentido, corrobora Biroli (2018):

[...] é na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições relativas se estabelecem de fato. Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população. A divisão sexual do trabalho incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural (Biroli, 2018, p.22).

As classes sociais na definição clássica marxista estão relacionadas à questão da produção, onde grupos sociais se alinham de acordo com a sua posição e interesses no sistema de produção, constituindo classes sociais distintas com interesses antagônicos. Para Marx e Engels (1997, p.26) “a história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes” (p.26). Bell Hooks retifica tal conceito trazendo uma perspectiva de Rita Mae Brown para quem

classe é muito mais do que a definição de Marx para o relacionamento com os meios de produção. A classe envolve seu comportamento, seus

pressupostos básicos, como você é ensinada a se comportar, o que você espera de si e dos outros, seu conceito de futuro, como você entende os problemas e os soluciona, como você pensa, sente, age (Brown, s/d apud Hooks, 2018, p.53).

Ampliado essa perspectiva marxiana de classe, que também consideramos fundamental, é possível perceber que a classe trabalhadora é diversa, plural, mas que têm em comum a sua posição na estrutura de produção (e na superestrutura).

Na Amazônia, as mulheres da classe trabalhadora são mulheres pretas, indígenas, ribeirinhas, camponesas, urbano-periféricas, assalariadas, mulheres trans, dentre outras. E as questões que afetam a Amazônia, sobretudo na sua dimensão socioambiental, atinge diferentemente essas mulheres da classe trabalhadora, revelando formas de opressão diversas. Para Biroli (2018, p.32) “a divisão sexual do trabalho é produtora do gênero, ainda que não o seja isoladamente. Ela compõe as dinâmicas que dão forma à dualidade feminino-masculino, ao mesmo tempo que posiciona as mulheres diferente e desigualmente segundo classe e raça”.

No contexto de mudanças climáticas, as mulheres são afetadas de forma diferente. As mulheres das classes abastadas não sofrem com a falta de água, com as enchentes, com o transporte público precário e a distância entre a sua moradia e o trabalho, o calor excessivo nas casas pequenas e sem ventilação adequadas das mulheres mães com seus (muitos) filhos, a falta de creche, atendimento médico e a violência contra seus filhos jovens e pretos, que são permanentemente vigiados e exterminados nas periferias das grandes cidades.

Não é possível pensar o espaço geográfico sem identificar e reconhecer o papel e a importância dessas sujeitas em sua produção e reprodução. As relações de poder e opressão são fundamentais para a compreensão desse fenômeno. Neste sentido, Bell Hooks (2018) definiu o feminismo como um movimento político de luta contra o sexismo, a exploração sexista e a opressão. Desse modo, a categoria gênero não é uma abstração, é uma realidade concreta e complexa, que precisa estar em relação com classe e raça. Segundo Scott (2019), autora importante para a compreensão de gênero nas ciências sociais, o uso dessa categoria se desenvolve por meio de diversas interpretações

que orientam as abordagens analíticas, sejam elas mais tradicionais e descritivas, ou por meio da elaboração de teorias sobre a natureza dos fenômenos.

É fundamental reconhecer a existência de diferentes perspectivas sobre essa compreensão, pois as nuances também são observadas nos contextos geográficos relacionados ao gênero. Um aspecto mencionado pela autora e que pode influenciar a concepção geográfica de gênero é a associação da palavra exclusivamente às 'mulheres', limitando a discussão somente a elas. No entanto, como afirma Scott, “gênero, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito de mulheres é necessariamente informação sobre os homens; que um implica o estudo do outro” (Scott, 2019, p.54).

No campo da Geografia existem três grandes áreas onde é fundamental o enfoque de gênero, conforme explica Martínez (1995, p.18):

[...] existem, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas: "1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza; [...] 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; 3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais) (Martinez, 1995, p.18 apud Silva, S. 1998, p. 108).

Para a nossa abordagem, as mulheres em contexto de mudanças climáticas, a primeira área acima mencionada, nos ajuda e orienta em nossa análise. Entendemos que a ciência geográfica enriquece suas análises e compreensões sobre o espaço com as contribuições da categoria gênero.

Daí que exercitar na prática a inter-relação dessas categorias nos ajudará a refinar a compreensão sobre essas contribuições. Para isso, propomos uma ação de extensão que envolve protagonismo feminino e justiça climática, por exemplo. Vamos mobilizar conceitos da geografia e de gênero interseccionado por classe e raça para entender melhor como elas se materializam, quais são suas possibilidades e limitações na inter-relação entre gênero e natureza/meio ambiente.

Ramos (2021, p. 239) ao analisar como a Geografia acompanha e contribui nas pautas de gênero e de mulheres destaca que “foi justamente nas relações entre gênero e

natureza/meio que a busca da igualdade de gênero ganhou conotação e reconhecimento em diversas partes do mundo”. Essa dimensão destacada pela autora tem uma grande relevância para a Geografia na Amazônia, pois aqui, de acordo com dados da ONG Global Witness “mais de um em cada cinco assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente no mundo, registrados em 2022, ocorreram na Amazônia” (Global Witness, 2023).

Ainda de acordo com o relatório da ONG Global Witness - Em números: ataques letais contra defensores desde 2012 - “[...] no Brasil, foram 34 assassinatos no ano passado, contra 26, em 2021. Desde 2012, início da série histórica, 376 defensores perderam a vida em território brasileiro” (Global Witness, 2023). A violência contra defensoras e ativistas ambientais está relacionada principalmente à extração de madeira, ao agronegócio e obras de infraestrutura.

As questões ambientais e climáticas afetam diretamente e diferentemente as mulheres e estas têm assumido grande protagonismo na luta ambiental, podemos trazer como exemplo Dorothy Stang, religiosa, 73 anos, defensora da floresta e sustentabilidade ambiental na Amazônia, foi assassinada, em 2005, por encomenda de um consórcio de fazendeiros/latifundiários da região do sudoeste do Pará. Outro exemplo mais recente é Dilma Ferreira, militante do Movimento dos Atingidos por Barragem, que lutava contra os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, foi assassinada em 2019, a mando de fazendeiros (CPT, 2022).

De acordo relatório do Instituto Igarapé (2023, p.4), “entre 2012 e 2022, ocorreram 765 ataques a mulheres na Amazônia Legal por conflitos no campo, a maioria na forma de ameaças de morte[...], 36 mulheres foram assassinadas”. Neste relatório, a fala de uma mulher chama bastante atenção: “Quando uma mulher nasce na Amazônia, nasce uma defensora.”

Ramos (2021, p. 330) afirma ainda que “a maioria das pautas das mulheres nas organizações internacionais surgiram de debates sobre natureza, preservação/conservação e ambiente”. Isso não deixa dúvida de que as análises que permitam uma maior articulação entre gênero e natureza nos ajudarão a uma compreensão e uma apropriação teórico-metodológica mais conectada com a nossa realidade e com a escala local no âmbito da Geografia.

A geografia não pode mais invisibilizar as mulheres nas análises das dinâmicas de produção, reprodução e transformação do espaço. Como bem afirmou Susane Silva (1998, p. 108) “o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gêneros”. E à medida que se espacializam a luta das mulheres na Amazônia, a geografia precisa dar conta da análise desse fenômeno.

Mulheres e questões socioambientais nas mudanças climáticas da Amazônia

A natureza como mercadoria é a base do lucro nas práticas de produção e monopolização dos recursos, permeia a dominação territorial e é refletida nas práticas estratégicas de expansão do mercado e espoliação (Becker, B., 2009; Harvey, D., 2013; Brum, 2021). Na Amazônia esta premissa vem desenhando territorialidades conflitivas no jogo de interesses confrontado pelos movimentos de luta. Nesse cenário, a luta das mulheres se organiza em diferentes causas e grupos representativos, à exemplo das mulheres indígenas e quilombolas apresentadas por Miranda e Barroso (2023, p.1), a partir do contexto de mobilização em meio aos governos recentes e na defesa de que o “protagonismo dessas lideranças, pode mudar a compreensão das questões ambientais e gerar conscientização sobre a defesa dos corpos-territórios.”

Tomando o ensejo desta questão, abrimos neste espaço uma breve e necessária observação, na qual, além de Miranda e Barroso (2023), outras autoras têm contribuído para o debate nas ciências sociais sobre as questões de gênero, classe e raça no contexto do espaço e da sociedade, relacionados à lógica dos recursos naturais na Amazônia. Lígia Simonian (2001), autora de "Mulheres da Floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura"; Edna Castro e Graciela Rodriguez (2004), autoras de "As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental"; e ainda Zélia Amador de Deus (2020), autora de "Caminhos trilhados na Luta antirracista", são algumas autoras da região Norte que podemos mencionar aqui para destacar a importância do debate nessa seara. Nesse caminho, essas contribuições são fundamentais para a geografia, proporcionando um debate dialógico, transversal e subsidiador na construção de um projeto de geografia e gênero amazônico.

Considerando estes caminhos impulsionadores à análise de cenários das diversas Amazônias no contexto da exploração dos recursos, os discursos que baseiam estas práticas, em quase toda sua totalidade estão integrados por sujeitos masculinos, os corpos e trabalhos femininos, assim, são restringidos e ignorados, em detrimento do lucro, ao passo que a disponibilização da mulher para a função reprodutiva, é parte do discurso de como os recursos e o corpo feminino são vistos como propriedade, fonte inesgotável, sem capacidade política e com demandas invisíveis no sistema capitalista, como vem discutindo Silvia Federici em suas obras importantes, como “Calibã e a bruxa (2017)” e “O patriarcado do salário (2021)”³.

Nos estudos e debates que abordam questões socioambientais na Amazônia, é evidente a vulnerabilidade e marginalização de grupos sociais diante dos problemas gerados pela crise ambiental e climática. A partir da ideia da redefinição da natureza como recurso e mercadoria pelo sistema capitalista, e como explicita Marques (2023) em o “Capitalismo e colapso ambiental” e Acsehrad (2010) sobre Justiça Ambiental, a gestão deste, imbricada em aspectos vinculados a iniciativa pública quanto pela privada, resulta em injustiças e racismos ambientais e climáticos.

Segundo o último relatório do ano de 2022, organizado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), para frear a elevação da temperatura no planeta terra e evitar o aumento de eventos climáticos extremos ou mesmo mudanças irreversíveis em importantes ecossistemas, é necessário manter o aquecimento global em 1.5°C acima dos níveis pré-industriais, uma meta ainda difícil de ser alcançada, mesmo com os compromissos climáticos de vários países, inclusive do Brasil, que é signatário. O Relatório Síntese (SYR) do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (AR6) (2023), aponta:

Aproximadamente 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis à mudança do clima. A vulnerabilidade humana e dos ecossistemas são interdependentes. Regiões e pessoas com consideráveis restrições ao desenvolvimento têm alta vulnerabilidade

³ Federici, Silvia. O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017. O patriarcado e o salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

às ameaças climáticas. O aumento de eventos meteorológicos e climáticos extremos expôs milhões de pessoas à insegurança alimentar aguda e reduziu a segurança hídrica, com os maiores impactos adversos observados em muitos locais e/ ou comunidades na África, Ásia, América Central e do Sul, LDCs, Pequenas Ilhas e Ártico, e globalmente para os povos indígenas, pequenos produtores de alimentos e famílias de baixa renda. Entre 2010 e 2020, a mortalidade humana causada por enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com regiões de vulnerabilidade muito baixa. (Brasil, 2023, p.21)

Como já mencionado na seção anterior, a população periférica dos centros urbanos, indivíduos pretos, pretas, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, tornam-se os grupos (que não são minorias) mais afetados nesse contexto, pois frequentemente estão em situações de ausência de responsabilidade social do Estado, além do processo histórico e estrutural de racismo e injustiças sociais. Nestes grupos representativos, as mulheres e corpos feminizados de diferentes faixas etárias estão em maior exposição aos efeitos negativos das mudanças climáticas, transversais às condições sociais estruturantes de opressão e divisão sexual. Como aponta a Organização das Nações Unidas (2021) no relatório sobre a Dimensão de gênero e sustentabilidade no Brasil, “muitas mulheres já estão no seu limite físico, psicológico e emocional. E, contam com menos ferramentas e rendas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas” (ONU, 2021, p.1).

Para Lima (2021), autora que discute mulheres e injustiça climática no Antropoceno, o impacto das questões climáticas já estão no nosso dia-a-dia e a distribuição dos efeitos da crise ocorre de forma desigual, sendo mais uma forma de opressão às mulheres. Destacamos este apontamento da autora, no qual reforça este posicionamento:

Em função das precarizações que são incorporadas à vida das mulheres, fatores externos, e não exclusivamente identitários ou inerentes ao indivíduo, têm que ser levados em consideração para a compreensão das desigualdades e vulnerabilidades específicas das mulheres. Por isso, defende-se que as mudanças climáticas sejam compreendidas como mais um vetor de dominação sobre os corpos e vida das mulheres e, assim, incluídas nas pesquisas de Justiça climática e interseccionalidade (Lima, 2021).

De acordo com o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a população brasileira é composta por cerca de 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens, correspondendo a 51,5% e 48,5% da população residente no país (IBGE, 2022). E, quanto as mulheres negras são o maior grupo populacional, correspondendo a 60,6 milhões, com 11,30 milhões de mulheres pretas e 49,3 milhões de mulheres pardas que representam mais de 28% da população total, a partir de dados do Censo IBGE, segundo relatório de monitoramento do Ministério da Igualdade Racial (2023). Para a região norte, o percentual representativo autodeclarado na pesquisa, aponta 12,3% de mulheres negras, com percentual de 6,2% (384 mil pessoas) de mulheres pretas no estado do Pará e 9,5% (141 mil pessoas) no município de Belém (IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2023).

Diante dessa espacialização quantitativa das mulheres negras na multiescalaridade do Brasil e apontando para o estado do Pará, observamos que os desafios para contemplar as especificidades, principalmente aquelas presentes nos contextos amazônicos, tornam-se mais urgentes, à exemplo da ausência de saneamento básico na região norte com 40,0% da população sem acesso à água e 86,0% sem coleta de esgoto (SNIS, 2021). Posto as necessidades fundamentais de sobrevivência humana, são elas que lidam primeiro com o cuidado humano e a administração individual e coletiva dos recursos básicos.

Apresentado este contorno nos cenários presentes, retomamos, então, que o debate sobre gênero e classe, atribui relação direta com a condição dos sujeitos na construção do espaço, atrelada à distribuição desigual dos riscos, diante dos problemas ambientais. Nos estudos da produção do espaço, as práticas estruturantes foram construídas sobre dominação e diferenciação dos corpos, a relação entre trabalho e corpo afeta as existências femininas de maneira mais profunda, em todos os modos de produção conhecidos.

No apontamento desta perspectiva, atrelada à relação ambiental (ou socioambiental), teremos diferentes caminhos para orientar a análise que alcance gênero e geografia na crise climática. Caminhos estes que se costuram às correntes feministas e perpassam aos movimentos teóricos das geografias de gênero (geografia feminista, geografia subversivas, geografia e sexualidades, etc.).

Dialogando com Joseli Silva (2003), o estudo de gênero não pode ser separado de questões de classe, raça e idade, bem como presos a categorias simplistas e binárias entre espaços públicos e privados, argumentando que há mais elementos de análise e que auxiliam a compreender as disputas de poder. Torna-se necessário partir da ótica interseccional para entender as somas e cruzamentos dos eixos de opressão que atingem determinadas categorias de sujeitos, que também se somam e se cruzam, como gênero, raça, classe, sexualidade e origem, tais agravantes são sequer discutidos em diversos espaços, apesar de constantemente levantados pelas mulheres em movimentação política.

Buscamos nesta seção, situar brevemente quadros representativos que possam demonstrar a intrínseca relação entre “ambiente” e “gênero” em meio à uma (re) construção geográfica ativa, que subsidie as análises de contextos envoltos da crise climática. É recorrente, através dos indicadores, dados e autores, a ênfase tratada para analisar a vulnerabilidade e injustiças sobre mulheres. A categoria classe em meio a estes fatores, subsidia a compreensão das camadas interseccionais contrastantes das populações estrategicamente expostas às desigualdades, riscos e injustiças.

Protagonismo feminino e mudanças climáticas a partir de uma proposta popular

Ao situarmos as mulheres na conjuntura da crise climática, as injustiças e desdobramentos desse processo, desfavorece e parece potencializar os mecanismos de opressão. Contudo, a resistência existe e os mecanismos de enfrentamento através do protagonismo são um caminho necessário, levando em consideração que ser mulher em meio às injustiças sociais e climáticas é um ato de resistência.

As mulheres que estão na linha de frente da crise climática e ecológica gerenciada pelo capitalismo, ocupam a força de trabalho da reprodução social. Assim, como afirma Auzza et al. (2019, p.84), as mulheres estão moldando novas e unificadas formas de resistência. Esses esforços encabeçados por mulheres constituem uma essencial alternativa contrária ao corporativismo e ao capitalismo dos chamados projetos 'verdes', os quais não contribuem para deter o aquecimento global, ao mesmo tempo em que enriquecem aqueles que lucram com 'permissões' para exploração e danos ambientais.

O protagonismo feminino, ao possibilitar que as mulheres atuem e ocupem posições decisivas na busca e na implementação de estratégias para enfrentar desafios,

torna-se uma importante ferramenta. Essa participação ativa é fundamental para promover mudanças significativas na abordagem e na superação das desigualdades de gênero, crises climáticas e injustiças. É por meio deste protagonismo que se busca equidade na representação de gênero nos espaços de tomada de decisão e na prática social das políticas públicas, garantindo, assim, o cumprimento dos direitos constitucionais que respaldam e protegem nossa cidadania.

Os movimentos de Geografia na Amazônia, relacionados às pautas feministas, de gênero e interseccionalidades, embora ainda em minoria em relação a outros temas de pesquisa, são fundamentais para fortalecer a criticidade no processo de construção da geografia nos campos acadêmicos e em seu impacto no currículo escolar. Ao nos situar regionalmente, as colaborações e incentivos através das pesquisas e diálogos para o processo formativos e de busca por mudanças sociais, são um grande incentivo ao movimento para “[...] pensar uma educação e um ensino de Geografia mais comprometidos com a efetiva formação dos estudantes para a cidadania e como seus corpos e gêneros representam visões de mundo no/para o espaço” (Goronski e Batista, 2023, p.16).

Nesse viés de pensamento e buscando atender a necessidade de uma práxis geográfica impulsionada pela perspectiva de gênero, motivou-se a proposta do projeto de extensão intitulado “Territórios do protagonismo feminino e justiça climática na Amazônia Paraense”, no qual se propõe a formação de meninas e mulheres em uma escola pública da periferia do município de Belém, Estado do Pará, na Amazônia brasileira, para a compreensão e ativismo acerca das questões socioambientais, em especial, a justiça climática⁴ na Amazônia.

Oficinas formativas estão sendo desenvolvidas nas escolas utilizando metodologias dialógicas e participativas. O objetivo é formar coletivos de estudantes, meninas e mulheres, para atuar em torno da pauta da justiça climática e incidência política na COP 30, que será sediada em Belém, no Estado do Pará, em 2025. Além da formação,

⁴ Segundo Milanez e Fonseca (2011): “o conceito de Justiça Climática surge como um desdobramento do paradigma da Justiça Ambiental e da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos. Alguns casos de injustiça climática se relacionam aos efeitos de processos de desertificação, de eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ondas de calor etc.), do aumento do nível do mar, entre outros” (MILANEZ e FONSECA, 2011, p.82).

o projeto tem como objetivo também, criar um memorial virtual das mulheres mártires da/na Amazônia que foram assassinadas em contextos de defesa e atuação em torno das questões socioambientais na região.

A questão territorial e o protagonismo feminino frente às justiça climáticas na Amazônia Paraense, objeto de ação neste projeto, passam também pela compreensão de que as mudanças e os efeitos climáticos serão materializados e sentidos de forma diferente e em múltiplas escalas. A partir da premissa de uma educação popular geográfica e feminista, incidimos ao quadro da crise climática na materialidade do cotidiano daquelas que fazem parte das periferias do município de Belém (PA) e mais especificamente, do bairro do Guamá, recorte espacial delimitado ao projeto, correspondendo ao Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA). É margeado pelo rio Guamá, sendo uma área periférica de diferentes dinâmicas espaciais com portos, feiras de distribuição alimentícia e residências que fazem parte de um processo histórico de formação do bairro. Considerando este contexto, as escolas públicas de ensino básico do bairro, enquanto atenção estratégica para ação e fomento das discussões que envolvem a luta por qualidade de vida socioambiental, tornam-se possibilidades para o desenvolvimento de mudanças significativas às realidades locais.

Ao trazer o protagonismo feminino como fator fundamental nessa articulação, pautamos as mulheres em seu papel e sujeito social na produção do espaço (Silva, 2003), bem como a potencialidade organizativa que movimentos femininos constituem, ao conhecer, vivenciar e compor uma realidade com desdobramentos cotidianos das mudanças climáticas globais.

Nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, o processo de ocupação irregular, carente de equipamentos públicos de serviços à comunidade, interfere na qualidade de vida dos sujeitos locais. Na região amazônica brasileira, esta realidade não é diferente, posto a grande influência hídrica, fluvial e marítima que rege as paisagens das cidades da região norte brasileira.

No atual panorama, os impactos dos eventos climáticos extremos, tais como aumento nos índices de precipitação, elevação do nível do mar, aumento da temperatura global e outros fatores, tornam-se mais presentes em regiões carentes de infraestrutura segura. Como apresenta dados do Instituto Trata Brasil (2023) em Belém 76,84% da

população tem acesso à água potável, 17,12% é atendida com coleta de esgoto e apenas 3,63% do esgoto é tratado. Tomemos, assim, como exemplo as áreas urbanas periféricas da Amazônia, onde a falta de saneamento básico intensifica a contaminação, dada a exposição inadequada do sistema de abastecimento de água e o despejo de esgoto em rios e igarapés próximos às residências agravando os desafios enfrentados por essas comunidades.

Como destacado por Miranda e Barroso (2023), a emergência climática não afeta a todos de maneira igual, sendo as mulheres frequentemente as mais impactadas. Dependendo mais dos recursos naturais coletivos, elas estão mais vulneráveis à sua escassez e às várias formas de violência decorrentes desse cenário. Conferir voz às mulheres amazônidas nos fóruns internacionais que abordam a crise climática é uma forma de reconhecer seu protagonismo na resistência e nas batalhas pela preservação da vida no planeta (Miranda; Barroso, 2023, p.6).

Dessa forma, as mulheres encarregadas das tarefas domésticas e do cuidado humano enfrentam uma sobrecarga significativa ao lidar não apenas com as demandas locais, mas também com os agravamentos provocados por crimes ambientais que impactam não só a elas, mas também a seus familiares, incluindo crianças e idosos. Apesar dessa exposição e sobrecarga decorrentes de modelos sociais desiguais e injustiças ambientais, as mulheres emergem como forças organizativas, desempenhando um papel crucial nas lutas por melhorias e na garantia de direitos.

Podemos destacar algumas experiências significativas relacionadas ao protagonismo feminino frente às injustiças climáticas como a organização da Rede das Mulheres das Águas e das Florestas- REMAF, que reúne 62 lideranças defensoras da sociobiodiversidade que vivem no norte e nordeste do Brasil (Jornal Amazonas1, 2024). Bem como, as Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao organizar-se e opor-se à integração de seus lotes às cadeias produtivas do agronegócio, conforme destacado no Jornal Sem Terra (MST, 2024). A essas experiências muitas outras se somam e se tecem.

Considerações Finais

Retomando nosso objetivo geral que consistiu em analisar o papel das mulheres em contexto de mudanças climáticas na produção do espaço geográfico bem como a nossa questão central assim formulada: de que maneira a perspectiva da Geografia de Gênero pode contribuir para compreender a experiência das mulheres na Amazônia em suas pluralidades frente às mudanças climáticas, considerando as condições de classe e suas interações com o ambiente, o espaço e as dinâmicas sociais e econômicas locais?

Podemos afirmar a importância e a necessidade da categoria gênero como ferramenta teórico- metodológica para a compreensão da produção, reprodução e transformação do espaço geográfico. Mas, a categoria gênero precisa estar interseccionada por classe e raça para uma compreensão ampliada do real, da produção contraditória desse espaço, conforme sustentou o referencial teórico que ancora este trabalho.

Discutimos a relação entre “Gênero, Luta de Classes e Geografia”, articulando os dois primeiros conceitos e sua importância para a ciência geográfica. Em seguida tratamos das Mulheres e as questões socioambientais no contexto de mudanças climáticas e como os seus impactos têm afetado em maiores proporções este grupo social, que na Amazônia abrange diversidades de cor, classe e idade e por fim, tratamos da importância do protagonismo feminino diante das mudanças e injustiças climáticas, ressaltando que as mulheres, especialmente aquelas na linha de frente da crise climática na Amazônia, enfrentam desafios desproporcionais e apontamos o projeto de extensão "Territórios do protagonismo feminino e justiça climática na Amazônia Paraense", ainda em sua fase inicial de execução, como uma proposta que busca somar-se ao enfrentamento dessas problemáticas ambientais, dando ênfase à formação de meninas e mulheres nas escolas públicas do bairro do Guamá, na capital paraense.

A pauta ambiental, sobretudo que envolve a luta por igualdade de gênero, contra as injustiças climáticas que afetam diferentemente as mulheres e seus corpos, sobretudo as pobres, pretas e periféricas, tem papel fundamental na análise geográfica da relação gênero/natureza/meio.

A partir do breve panorama apresentado sobre as mudanças climáticas para as mulheres, as relações entre as categorias de gênero e classe com a injustiça climática são manifestadas em indicadores de acesso à água, saneamento básico, insegurança alimentar, financeira e habitacional. Esses indicadores afetam nitidamente as mulheres em maior número, especialmente aquelas não brancas, periféricas das cidades e em contextos rurais, tanto na terra firme quanto nas áreas de várzea pela Amazônia. Essas mulheres ficam socialmente incumbidas e sobrecarregadas com o cuidado, estando mais suscetíveis aos impactos corporais causados pela extensa jornada de trabalho doméstico, pelas longas distâncias percorridas em busca de água e alimentação, pela violência doméstica e pela exposição a doenças.

É preciso, para além da visibilidade destas questões em meio acadêmico nos debates da geografia, construir ações coletivas e de mobilização. Através do projeto referido neste trabalho, realizado pelo GT de Geografia e Gênero da UFPA, é pretendido fomentar o protagonismo das mulheres e meninas no levantamento de demandas e pautas dos movimentos sociais, que posteriormente podem ser basilares na construção de políticas públicas.

É um processo árduo e de conotação estrutural, onde através dos projetos de extensão universitária e ações integradas aos movimentos sociais e feministas, as múltiplas visões e atividades em defesa da justiça climática serão articuladas nos tempos antecedentes à COP 30 e posteriormente a ela, pois, como afirmamos anteriormente, ser mulher em meio às injustiças sociais e climáticas na Amazônia é um ato de resistência.

Agradecimentos: Este projeto conta com o apoio financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada pela Deputada Federal Vivi Reis (PSOL- PA)

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 5, 2002.

ALVES, Alda Judith. A revisão de bibliografias em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo. n. 81, p. 43-60, 1992.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Monitoramento e avaliação**: Edição Mulheres Negras 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliaon2EdioMulheresNegras.pdf>. Acesso em: 12 jan.2024.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do século III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkôtô**: Uma viagem à Amazônia centro do mundo. Companhia das Letras, 2021.

CASTRO, Edna, RODRIGUEZ, G. **As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental**. Rio Xingu Amazônia. Brasil . Rio de Janeiro: Equit - Instituto Gênero, Economia e Cidadania Global, ASC Alianza Social Continental, 2004.

CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil. Disponível em: https://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 18 jan. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos no Campo- Brasil, 2022.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rflagg/article/download/1745/1909/6553>. Acesso em: 12 dez.2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GORONSKI, Maysa Aparecida; BATISTA, Natália Lampert. Temas e Conceitos da Geografia Escolar Brasileira: Algumas Contribuições. In: GORONSKI, Maysa Aparecida; BATISTA, Natália Lampert. **Geografias Feministas e Ensino de Geografia: Podemos "Mulherar" o Mundo Pela Educação?** Blumenau: Casa de Hiram, 2023.

Global Witness, 2023. **Relatório - Em números: ataques letais contra defensores desde 2012.** <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/numbers-lethal-attacks-against-defenders-2012/>

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2023.

IGLESIAS, Luis; HOLLANDS, Ruth. Por que as Mudanças Climáticas são uma questão LGBTQIA+? Care about the climate. Disponível em: <https://www.empoderaclima.org/pt/base-de-dados/artigos/mudancas-climaticas-lgbtq>. Acesso em: 9 jan. 2024.

INSTITUTO IGARAPÉ. Relatório Desafios e recomendações para a Amazônia a partir da voz de mulheres defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente. Brasil, 2023. Disponível: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Desafios-e-recomendacoes-para-Amazonia_Brasil.pdf. Acesso em 6 jan. 2024.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. **Climate Change 2023: Synthesis Report.** Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. Geneva, Switzerland: IPCC, 2023. 34 p. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf Acesso em: 10 jan.2024.

JORNALAMAZONAS1. <https://amazonas1.com.br/guardias-das-aguas-e-das-florestas-criam-rede-para-fortalecer-protagonismo-feminino/> Acesso em : 29 de junho de 2024.

LINDO, P. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**. [S. l.], v. 17, n. 32, p. 259–281, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12488>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARX. K. **Introdução à Crítica da Economia Política**; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fonte: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil , NUPEAT–IESA–UFG, v. 1, n. 2, jul./dez. 2011, p. 82–100. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf. Acesso em: 18 jan.2024.

MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. e92873, 2023.

MORAIS, J. M. de; SOUZA, V. C. de. A abordagem de gênero e o ensino de geografia: possíveis diálogos com a formação de professores/as. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 26, p. e20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/65813>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MOREIRA, Ozileide Matos. Revista da ANPEGE, v. 18, n. 36, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/13293/8928> . Acesso em: 28 jun. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2024.<https://mst.org.br/2024/03/21/pesquisadora-destaca-protagonismo-e-luta-das-mulheres-contra-a-criese-ambiental/> . Acesso em 29 de junho de 2024.

OLIVERA, M.; PODCAMENI, M. G.; LUSTOSA, M. C.; GRAÇA, L. **A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil**: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1). Santiago e São Paulo: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

PEDONI, Claudia. Crítica Bibliográfica. **Boletín de Estudios Geográficos**. Argentina, 1998.

RAMOS, G. I. O lugar político das mulheres: Feminismo, possibilidades e contribuições da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 325–350, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12477>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ROUBICEK, Marcelo. Desigualdade de gênero e raça: o perfil da pobreza na crise. **NEXO**, 25 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise> Acesso em : 9 jan. 2024.

SILVA, Joseli M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** , 2003.

SILVA, Susane. M. V. Geografia e Gênero/Geografia Feminista - O que é isso? **Boletim Gaúcho de Geografia**, 23: 105 - 110, março de 1998.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico- conceituais e aplicadas**. Org. Glaucio José Marafon [et al.]. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. P. 207-221)

SADALA, Klaudia Yared; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Gênero e meio ambiente em populações ribeirinhas na Amazônia: o estado da arte de estudos que relacionam as temáticas. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 10, n. 1, Jan-Jun, p. 9-23, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de [org.]. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SIMONIAN, Ligia T. C. **Mulheres da Floresta Amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

TRATA BRASIL. Aniversário de Belém: confira os indicadores de saneamento da capital paraense. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/aniversario-de-belem-confira-os-indicadores-de-saneamento-da-capital-paraense/>. Acesso em: 29 jun. 2024.